

NESTOR GOULART REIS

Contribuição ao estudo da
Evolução Urbana
do Brasil

1500 / 1720



WITH AN ABRIDGED VERSION IN
ENGLISH

2ª edição
revisada e ampliada

PINI
desde 1948

Ass.	711.981
Edi.	13450.2
Rebo	1064102
Sysno	1270096

EVOLUÇÃO URBANA DO BRASIL : 1500 / 1720
© COPYRIGHT EDITORA PINI LTDA.

Todos os direitos de reprodução reservados pela Editora Pini Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500 / 1720)
Nestor Goulart Reis. — 2. ed. rev. e ampl. — São Paulo : Pini, 2000.

Bibliografia.
ISBN 85-7266-116-6

1. Cidades - Brasil 2. Urbanização - Brasil -
História I. Título.

00-1074

CDD-711.40981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Cidades: Urbanismo 711.40981
2. Brasil : Espaço urbano: Evolução: Urbanismo 711.40981
3. Brasil: Urbanização ; História 711.40981

Equipe de Produção

Coordenação: Mônica Silveira Brito
Diagramação: Eduardo Ikoma e Giuliano Guerra Domingues
Revisão: Carlos Eduardo Riberi Lobo e Mônica Silveira Brito
Organização Gráfica: Rodrigo Naumann Bouffeur e Marcela Regina Luz de Brito

Coordenação de Livros: Raquel Cardoso Reis

Capa: Lucia Lopes
Diagramação Final: Maurício Luiz Aires
Serviços gráficos e industriais: José Pereira da Silva

Editora Pini Ltda.
Rua Anhaia, 964 - CEP 01130-900 São Paulo, SP
Fone: 011 3224-8811 - Fax: 011 3224-0314
Internet: <http://www.piniweb.com>
E-mail: livros@pini.com.br

2ª edição

1ª tiragem: 2.000 exemplares, ago/01

Em memória de meu pai, Nestor Reis.

Sumário

APRESENTAÇÃO	09
NOTA INTRODUTÓRIA	10
INTRODUÇÃO	13
PRIMEIRA PARTE	
O SISTEMA SOCIAL DA COLÔNIA E A URBANIZAÇÃO	15
1. Organização político-administrativa e urbanização	18
1.1. Capitânias, Governo Geral e urbanização	18
1.2. Organização municipal e urbanização	22
2. Organização econômica, estratificação social e urbanização	28
2.1. A dispersão rural	30
Atividades econômicas rurais e camadas sociais correspondentes	31
2.1.1. Agricultura de exportação	31
2.1.2. Produção de alimentos para subsistência e comércio	34
2.1.3. Proprietários rurais e escravos	37
2.2. Início de uma economia urbana	38
Atividades econômicas urbanas e camadas sociais correspondentes	38
2.2.1. Comércio e comerciantes	38
2.2.2. Ofícios mecânicos, funcionalismo e profissões	48
2.2.3. Mineração e mineradores	51
SEGUNDA PARTE	
ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA URBANO	59
1. Política urbanizadora	61
2. Distribuição do sistema urbano no espaço e no tempo - Expansão da rede urbana	77
3. Movimentos do sistema	85
3.1. Dispersão	91
3.2. Centralização	99
TERCEIRA PARTE	
ORGANIZAÇÃO DOS NÚCLEOS URBANOS	115
1. Crescimento dos núcleos	117
2. Situação dos núcleos no sistema	124
3. Escolha dos sítios	126
4. Traçado	128
5. Elementos do traçado	133
5.1. Ruas e praças	133
5.2. Cuidados com as ruas: calçamento e limpeza - alinhamento e nivelamento	139
5.3. Aparência das ruas e praças	144
5.4. Quadras e lotes	150
5.5. Bairros e zoneamento	153
6. As construções	156
6.1. Construções particulares	157
6.2. Construções oficiais	167
6.2.1. Para administração pública	167
6.2.2. Para fins militares	174
6.3. Construções religiosas	186
CONCLUSÕES	193
NOTAS METODOLÓGICAS	199
BIBLIOGRAFIA	211
ABRIDGED VERSION IN ENGLISH	217
OBRAS DO AUTOR	24

Este livro foi escrito com o objetivo de demonstrar três teses gerais, ainda hoje em parte discutidas.

A primeira delas é a da existência de alguns planos urbanísticos, já na primeira etapa da colonização, e de numerosos exemplos em épocas posteriores.

A segunda é a da complexidade do processo de colonização e do processo de urbanização no Brasil e a existência, sempre, de planos de amplitude equivalente, para controle de seu desenvolvimento. Em uma perspectiva mais ampla, podemos dizer que conjuntos complexos de atividades, nessas condições, envolvendo múltiplos agentes sociais, são sempre organizados segundo uma equação estratégica, estabelecida nos altos escalões, formalizando-se e organizando-se (adquirindo forma e ordem) em termos legais, em termos administrativos e na prática.

Prática essa que nos leva à terceira tese, a da existência de caminhos específicos e alternativos. Nesse caso, nossa preocupação foi demonstrar que a prática da implantação e desenvolvimento do sistema urbano e do urbanismo coloniais destacou-se sempre e necessariamente das diretrizes da prática urbanizadora da Metrópole e de sua política colonizadora. Ou seja, as diretrizes oficiais sempre serviram para controlar o processo de urbanização e mantê-lo dentro das linhas e critérios prioritários da metrópole mas a realidade sempre foi muito mais complexa, dando margem a iniciativas autônomas dos colonos e ao aparecimento de soluções originais. As determinações gerais não esgotam a realidade. Assim como há uma estratégia global oficial, há um conjunto de estratégias setoriais, contidas e articuladas por aquela mas com características próprias, que cobrem espaços não alcançados pelas restrições e pelos projetos oficiais. Para cada generalidade, há um conjunto de especificidades.

Essas três teses nos obrigaram a estudos mais complexos e à procura de con-

ceitos e métodos mais adequados para o estudo da urbanização e do urbanismo no Brasil, deixando de lado as generalizações simplificadoras, que estavam em uso naquela época.

Outra linha de preocupação nos impulsionava. Naquela época, nos cursos de arquitetura, não havia disciplinas voltadas para o estudo da História da Urbanização. Com nossos trabalhos, dávamos início a uma linha de estudos, que hoje apresenta seus frutos em algumas das nossas faculdades. E o estudo da História da Arquitetura pode-se fazer à luz de critérios mais gerais, fornecidos por seu enquadramento nas diretrizes urbanísticas e de urbanização.

Hoje nossos pontos de vista são acertos de modo mais amplo. Na época, nos colocavam em oposição a textos publicados por mestres da importância de Sérgio Buarque de Holanda, Aroldo de Azevedo e o grande pesquisador americano Robert C. Smith, que eram os autores mais respeitados nesse setor.

Uma dificuldade adicional era a ausência de pesquisadores voltados para esse tema específico, o que nos colocava diante de conceitos, categorias e métodos pouco adequados para os estudos que pretendíamos desenvolver. Até mesmo o título da disciplina a que correspondia o do livro, *Evolução Urbana*, repetia por força de lei o nome de uma disciplina do curso de Urbanismo da então Faculdade Nacional de Arquitetura no Rio de Janeiro, que era padrão para os currículos dos cursos em todo o país. A escolha do título do livro atendia portanto a uma exigência burocrática oficial.

SOBRE O CONCEITO DE URBANIZAÇÃO

O uso do conceito de urbanização, como processo social, nos permite trabalhar com a escala mais ampla de organização do território, a intercontinental. Nessa escala, permite explicitar a urbanização no Brasil, com suas peculiaridades de vida

¹ As notas das páginas 204 a 207 foram elaboradas em 1988.

² Por razões práticas, o trabalho foi interrompido em 1720, quando se iniciava a aplicação de uma política urbanizadora complexa, para todo o Brasil. Foi explicada a importância desta nova política e foram dados alguns exemplos significativos, como as especificações sobre a criação de vilas, na Carta Régia de criação da Capitania de São José do Rio Negro. O desenvolvimento ocorreu no período 1721-1822 foi abordado em trabalhos posteriores. Ver, a propósito, os Cadernos de Pesquisa do LAP - Laboratório de Estudos de Urbanização, Arquitetura e Preservação da FAU-USP, números 8 e 9.

³ Neste trabalho teórico e sobretudo nos aspectos críticos, foi fundamental o diálogo com Rebeca Seberer, hoje professora titular de nosso Departamento.



urbana intermitente, como extensão do processo de urbanização europeu, envolvendo não apenas o mercado urbano de Portugal, como os mercados de seus sócios nessa época, em especial o de Gênova e o dos Flamengos. Com a mesma importância, nos permite analisar as transformações dessas relações no tempo, bem mais difícil, se usamos o conceito de cidade. O uso de conceito de urbanização nos permite trabalhar com todas as escalas de tempo e de espaço, explicitar as relações entre essas escalas de organização social no território, explicitar as relações entre a dinâmica do sistema urbano (que é um conjunto) com a dinâmica dos espaços intraurbanos. E nos permite utilizar os conhecimentos recolhidos no intraurbano - tão acessíveis aos arquitetos - como evidências materiais, para o estudo da dinâmica do sistema urbano, nível no qual a maioria dos autores tende a trabalhar apenas com dados empíricos fornecidos pela demografia e a economia (como evidências materiais indiretas), além de documentos textuais e das construções teóricas, cujos fundamentos devem ser fornecidos pelas evidências empíricas, e não o contrário.

O conceito de cidade, além de impreciso, não favorece uma visão das mudanças (não obriga ao uso da variável tempo) e não explicita as relações com as outras escalas. Essas limitações ficam mais claras, quando observamos que alguns autores importantes, utilizando o conceito de cidade, tenderam no passado, a desprezar as diferenças no espaço e no tempo. E, como consequência, contrariando as evidências empíricas, tenderam a identificar um padrão único de cidade para o Brasil, ao longo de todo o Período Colonial. Este seria um surpreendente caso de unidade tipológica, em mais de três séculos, em um território extremamente diversificado.

SOBRE O CONCEITO DE VIDA URBANA INTERMITENTE

O uso do conceito de "vida urbana intermitente" nos permitiu explicitar, sob vá-

rios aspectos, uma das características marcantes do processo de urbanização no Brasil. Em primeiro lugar, deixar claro que existia um sistema urbano de relativa importância, com vida intensa em determinados períodos do ano. Ao mesmo tempo, explicitar a estreita relação que existia entre os proprietários rurais e os núcleos urbanos. Essa relação, por sua vez, tornava claros os objetivos mercantis da gestão dos engenhos, que eram unidades de tipo fabril, uma forma desenvolvida de organização produtiva, em sua época. Assim, a camada social dos senhores de engenho era definida pelos seus objetivos mercantis, ainda que, pelo seu posicionamento no território, fosse simultaneamente rural. Essa ambigüidade se fazia presente em todo o processo de colonização, como adiante se verá, simultaneamente mercantil e agrário, rural com vínculos urbanos, moderno em termos manufatureiros e retrógrado por suas características escravistas.

O conceito de vida urbana intermitente capta corretamente a ambigüidade da vida urbana dos dois primeiros séculos (e de tantos núcleos urbanos nos séculos seguintes) de existir e não existir, de uma breve vitalidade, que substitui uma letargia quase permanente.

Associado ao conceito de retaguarda rural, permite perceber que aqueles ciclos de vitalidade ocorriam como partes de uma relação mais ampla, com os mercados urbanos europeus, dos quais os da colônia eram uma simples e modesta extensão temporária.

Mas, mesmo temporária, exigia uma estrutura física de apoio, esta de caráter permanente. Dependia de investimentos de recursos públicos e privados, de valor apreciável.

O que nos permite passar para uma outra linha de observações, sobre a necessidade e o custo dessa estrutura. Em termos de necessidade, a estrutura (a do sistema urbano colonial), deveria ser mínima, segundo os objetivos de transferência de renda para os

mercados urbanos europeus. Em termos de custo, deveria representar o mínimo de peso sobre os custos de produção da empresa colonial, apenas assegurando as necessidades administrativas da produção e da população e a manutenção da identificação entre essa população e as sociedades metropolitanas que lhe deram origem.

Nesse quadro, não havia espaço, de início, para preocupações que hoje chamariam de urbanísticas, a não ser as de caráter defensivo: muralhas, portas, baluartes e vias de acesso interno às muralhas, devidamente desimpedidas. Até a fase da Restauração da coroa de Portugal, iniciada em 1640, vilas e cidades eram vistas como pólos de um sistema defensivo, com poucos desdobramentos formais.

SOBRE O CONCEITO DE RETAGUARDA RURAL

O uso do conceito de retaguarda rural nos permitiu explicitar a relação existente entre o sistema urbano europeu e a organização do território da colônia, com seus índices de urbanização extremamente reduzidos. Permitiu explicar a presença de processos produtivos complexos, como a fabricação de açúcar pelo sistema de manufatura (estágio semi-industrial), sem a presença de uma "retaguarda urbana" desenvolvida, no próprio território. Estávamos utilizando portanto, simultaneamente, os conceitos de retaguarda rural e de retaguarda urbana. E ambos nos faziam lembrar que processos produtivos rurais mais complexos dependiam diretamente da existência de sistemas produtivos de equipamentos e sistemas de distribuição, que só existiam em mercados urbanos mais complexos, aqueles correlatos, isto é, apontavam para relações com um mínimo de regularidade.

Marx afirmou que somente nas sociedades industrializadas, a partir do final do século XVIII, o capital deixou de se dedicar apenas a relações comerciais (circulação), para penetrar na esfera da produção, ou seja, que o capitalismo só existe em sociedades industriais e se caracteriza pela intervenção

na esfera da produção. Mas no caso do Brasil (e certamente em muitos países da América, que não dispunham de um mercado pré-colonial) o investimento se fez, desde o início, quase todo ele na instalação de um processo produtivo regular. Como consequência, pelo menos nas fases iniciais, em função das relações com os mercados urbanos europeus, a empresa colonial, com a ambiguidade já mencionada, podia abranger simultaneamente a esfera da produção e a da circulação, articulando, com os mesmos agentes, a esfera rural e a esfera urbana. Ou, dito de outra forma, constituir simultaneamente uma retaguarda rural e uma retaguarda mercantil, para os mercados urbanos europeus.

DEFINIÇÃO DOS GRUPOS SOCIAIS, AGENTES DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

Atenção especial foi dedicada à compreensão da diversidade possível na sociedade colonial, isto é, à identificação e caracterização dos grupos sociais, como agentes da urbanização, em cada época, e as mudanças em processo. Fugindo aos esquematismos em voga, em diferentes correntes, foi evitada a terminologia constituída para caracterizar os agentes sociais em outros países e em outras épocas (aristocracia rural, burguesia, feudalismo etc). Os grupos foram definidos a partir do modo de sua inserção concreta no sistema econômico, segundo as condições locais (grandes proprietários rurais, pequenos proprietários etc). Mesmo a expressão latifundiários, em uso na época e nos anos posteriores, foi evitada, já que, segundo Frei Vicente, nos primeiros anos do século XVII, para cada senhor de engenho, havia pelo menos dez pequenos e médios proprietários, que levavam suas canas para moer nos engenhos de terceiros. Essa descrição nos revela uma intensa diferenciação no interior da classe dos proprietários rurais, nem sempre destacada devidamente pelos autores. O procedimento de moagem das canas nos engenhos de grandes proprietários, como sempre ocorre quando uma prática se generaliza, era útil a ambos os lados. Os grandes proprietários, além dos lucros na moagem das canas alheias, (nas épocas de prosperidade) nas épocas de crise por

excesso de produção podiam interromper a prática, limitando-se a moer as próprias canas, transferindo as consequências negativas mais graves para os de média e pequena posse. Foi também interessante constatar, que a economia urbana podia receber determinados incentivos nas épocas de crise da economia rural, quando, dadas as peculiaridades do sistema de trabalho, os escravos eram desviados para o setor de construção civil urbana, que constituía uma novidade, em meados do século XVII.

A parte mais difícil de abordar foi a da caracterização do grupo social dos escravos. A precariedade dos dados disponíveis e a ausência de evidências materiais mais explícitas dificultam extraordinariamente a tarefa do pesquisador. Uma pequena nota, acrescentada ao item 2.3.1, durante a revisão de 1998, procura oferecer algumas pistas para investigação posterior, em dois pontos principais. O primeiro se refere à clara predominância do uso de escravos indígenas, até à primeira metade do século XVII, possível devido ao aprisionamento em massa dos antigos habitantes da terra, sob qualquer pretexto e mesmo sem pretexto. Por volta de 1600, quando a população total da área sob controle da coroa de Portugal estaria em torno de 100 mil habitantes, os indígenas escravizados, trabalhando nos engenhos do nordeste ou prestando serviços nas demais capitanias, seriam várias dezenas de milhares, correspondendo a quase 50% do total.

O segundo ponto a observar é que, segundo o mesmo Frei Vicente, por volta de 1605 já existiam em Palmares os primeiros quilombos, caracterizando bem o clima de permanente tensão social e racial, existente ao longo do século seguinte e mesmo após a Independência, até 1889.

Para cada um desses grupos sociais, o processo de urbanização aparecia com um valor e um significado diferente e a correta identificação dessas características é uma condição indispensável para a explicitação das formas de participação desses grupos no processo de urbanização.

As possibilidades de caracterização dos grupos sociais ficaram mais claras, quando se explicitou uma contradição fundamental do processo de colonização, já mencionada, pois seus objetivos eram nitidamente mercantis mas sua definição institucional se fazia de início no campo de uma legislação de origem feudal. De fato, no sistema de capitanias hereditárias, o regime de posse das terras e dos escravos, se fundamentava em dispositivos das "Ordenações do Reino", segundo fórmulas de caráter feudal. Mas os objetivos do processo de colonização e as práticas eram de caráter nitidamente mercantil. Constatava-se uma permanente combinação de formas arcaicas de organização, com formas de exploração em desenvolvimento na época.

Retomamos aqui uma questão levantada acima. Diversamente dos procedimentos adotados pelos europeus no Oriente - cujos mercados se caracterizavam então por um desenvolvimento manufatureiro maior do que o da Europa - que dispensava um envolvimento direto do capital na esfera da produção, na América ocorreu quase sempre o contrário. Na construção dos engenhos, como na organização do território, o capital colonizador se voltou de início para a esfera da produção, articulando o uso de formas arcaicas de organização do trabalho, com o escravismo, com formas desenvolvidas para a época, como a da organização produtiva na parte fabril dos engenhos, organizados como manufaturas, com sensível divisão técnica do trabalho, questão mais tarde retomada por outros autores⁴. Essa é a diferença fundamental entre o processo de colonização no Oriente (contido na esfera da circulação) e o das Américas, que se estabeleceu a partir da esfera da produção. No primeiro, o colonizador era um intermediário; no segundo era agente central do processo produtivo, ao mesmo tempo colonizador e colonizado⁵. Pretendiam a igualdade com as camadas dominantes da metrópole e seus objetivos (igualdade que de fato só existia em parte) e ao mesmo tempo procuravam explicitar essa identidade, procurando as diferenças em relação aos outros grupos sociais da colônia. Essa contra-

⁴ No Departamento de História da Arquitetura da FAEU-USP existe hoje um grupo de disciplinas de História da Urbanização e do Urbanismo - que inclui Teorias da Urbanização - com dez professores, todos com títulos de doutor, livre-docente ou titular.

⁵ Ver, a propósito, a dissertação de mestrado de AZEVEDO, Esterelinda Berenstein de. *Arquitetura do açúcar*. São Paulo, Nobel/INL, 1990. E o livro de GOMLA, Rui. *Engenho e tecnologia*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1979.

dição, de serem os representantes da metrópole na colônia e de serem coloniais na metrópole, marcou a ação política dos grupos dominantes no Brasil no passado e guarda ainda algumas de suas características entre grupos dominantes do presente.

Utilizando esses recursos teóricos, procuramos demonstrar que as formações urbanas brasileiras no período colonial devem ser objeto de interesse científico. Não constituem uma soma de dados aleatórios. Nem constituem um conjunto estático ou quase homogêneo, que possa ser descrito com um mesmo modelo, ao longo de 322 anos de História.

São parte de um conjunto dinâmico (a rede ou sistema urbano) que deve ser compreendido, quando se almeja o conhecimento daquelas formações. Esse conjunto está sujeito a um processo social - processo de urbanização - que determina o aparecimento daquelas formações. Sua explicação exige o conhecimento do sistema social da Colônia, no qual se desenvolve, e da política de colonização portuguesa, no seu sentido mais amplo. As relações entre a política de colonização e o processo de urbanização expressam-se por uma ordem parcialmente definida em teoria mas necessariamente elaborada na prática, que é a política urbanizadora.

Procuramos, finalmente, através de um trabalho de reconstrução histórica, determinar os mecanismos das mudanças ocorridas nesse processo, ou seja, contribuir para o conhecimento dos mecanismos da Evolução Urbana do Brasil.

No desenvolvimento desse esquema, os fatos urbanos em seus aspectos espaciais foram tratados em dois níveis distintos. No nível mais amplo, a rede ou sistema urbano, o conjunto ordenado dos elementos espaciais, e no nível mais restrito, o núcleo, como parcela ordenada e unidade daquele conjunto. No estudo dos núcleos, procurou-se identificar, ainda que de forma sumária, o modo pelo qual as características dos principais tipos de edifícios são determinadas pela ma-

neira segundo a qual se inserem no quadro social e espacial dos centros urbanos.

Em 1957, a gentileza de José Maria de Albuquerque Mello colocou-nos nas mãos um trabalho de Mário Chichó sobre a urbanização portuguesa na Índia. A leitura dessa obra levou-nos a perceber algumas diferenças fundamentais entre a orientação que assumia aquele processo e a que, segundo alguns autores, os portugueses haviam imprimido à urbanização no Brasil, durante todo o período colonial.

Estimulados por essa constatação, passamos a concentrar nossa atenção sobre o assunto. O resultado de uma primeira campanha de trabalho veio acentuar as dúvidas que haviam sido levantadas. Os principais pontos de discussão poderiam ser resumidos da seguinte forma:

1 - Os estudos existentes nem sempre distinguiram etapas no desenvolvimento brasileiro, diversidades regionais ou níveis de complexidade nas várias formações urbanas, reunindo, na mesma categoria, vilas, cidades ou simples povoados, o que, a ser aceito, constituiria uma estranha unidade, em séculos de história, em território tão vasto, com atividades econômicas tão diversas, como o foram a agro-indústria do açúcar, o bandeirismo, a pecuária extensiva e a mineração.

2 - Algumas plantas e documentos indicavam a existência de medidas concretas, tão antigas quanto o plano de Luís Dias para Salvador e tão amplas e detalhadas quanto a Carta Régia de Criação da Capitania de São José do Rio Negro, em favor de uma urbanização regular.

3 - Os tipos de explicação correntes pareciam insuficientes para o esclarecimento da diversidade de comportamentos dos vários colonizadores europeus na América e em suas pátrias, ou em outros continentes.

4 - Os poucos autores que haviam tratado dos problemas urbanos do Brasil, em sua

* Ver, a propósito, HOLANDA, Sérgio Buarque de - *Raízes do Brasil*.

Usamos aqui a expressão *evolução* com o sentido de mudança, de movimento. Na época, os campos de conhecimento cobertos pelas disciplinas de Arquitetura e Urbanismo, em todo o Brasil, acompanhavam obrigatoriamente o currículo mínimo federal, cabido no programa da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro). Ao abrir este campo em São Paulo, adotamos a expressão *Evolução Urbana* pelo seu sentido mais dinâmico do que *História das Cidades*. Para a origem do conceito, ver *Crédit, Patrick, Cidades em evolução*. Tradução de M. José de Castilho - Papirus Editora, Campinas, SP, 1994.

* CHICHÓ, Mano T. - *A "cidade ideal" do Renascimento e as cidades portuguesas da Índia*. Separata de *Carta de Oita*. Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar. Número especial, Lisboa, 1956.

* Os espanhóis, citados como exemplo de criadores de cidades em talitudo de nações nas Américas, não agiram do mesmo modo na Europa. O inverso podendo-se dizer dos franceses do Québec.

maior parte situavam a formação e evolução urbanas, nos primeiros séculos, como obras do acaso. Contudo, a regularidade com que certos elementos se repetem em nossas vilas e cidades, em condições determinadas, exigia pelo menos que se abandonasse a idéia de um fenômeno aleatório e forçava a aceitação, também para as formações brasileiras, de algumas formas de condicionamento.

Colocando-se então o problema da análise desse condicionamento, poderiam ser admitidas três soluções:

a) o condicionamento do traçado impunha-se, através de uma tradição, que estaria ou não presente na consciência de todos os indivíduos;

b) o condicionamento do traçado alcançava-se através de um plano, que um indivíduo ou conjunto de indivíduos tenderia a impor à comunidade;

c) o condicionamento do traçado impunha-se através de uma conjugação das duas alternativas anteriores, o que nos obrigaria a verificar até que ponto um plano é inferido pelas condições da realidade e até que ponto a comunidade consegue manter sua tradição, sem ter um plano válido coletivamente consciente.

Pareceu-nos portanto que o assunto comportava amplas investigações e discussões e que o material obtido deveria ser submetido a um tratamento metodológico, capaz de esclarecer essas questões. Procedemos então a um amplo levantamento de dados de caráter histórico, iconográfico e um aprofundamento de aspectos teóricos.

Do material que pudemos recolher, a iconografia veio a constituir um cadastro, no Departamento de História da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, do qual apenas a menor parte forneceu matéria para um catálogo que essa instituição publicou¹⁰. Dos resultados dessa pesquisa, parte foi utilizada na elaboração do presente trabalho, ficando o restante para aplicação em etapa ulterior. É preciso dizer

que, ainda que os resultados a que chegamos tenham contrariado em parte as conclusões de alguns autores que nos precederam, seus trabalhos nos foram de grande valia, tanto pela documentação que incluem, como pela seriedade com que foram elaborados.

Na coleta dos dados procuramos valer-nos fundamentalmente de fontes primárias bibliográficas e iconográficas. Essa não foi porém uma tarefa simples, devido à sua raridade. Ao mesmo tempo, a natureza do material obrigou-nos a verificar com maior cuidado as datas originais de cada informação ou evento e procurar determinar, com clareza, os núcleos urbanos aos quais se referiam, pois os resultados poderiam sofrer diferenças, segundo as regiões e as épocas consideradas. Utilizamos mais amplamente crônicas e documentos publicados pelos arquivos públicos, como as Cartas Régias, mas principalmente as Atas das Câmaras, que abrigam as mais úteis informações. Dessas, só estão publicadas as de São Paulo, Salvador e Ouro Preto¹¹. É possível que a utilização mais constante das atas de algumas localidades tenha introduzido distorções nos resultados da investigação mas como o objetivo é a captação dos mecanismos da evolução do processo, nos seus aspectos gerais, a probabilidade de que isso ocorra é pequena e, mesmo, a diversidade de informações enquadradas atua mais como uma verificação do esquema explicativo, do que como ameaça ao mesmo. O risco inverso, de haver influência das características homogêneas das atas pareceu-nos extremamente remoto, dada a diversidade de condições de formação e evolução de cada um desses centros.

Como fontes secundárias foram de grande utilidade alguns trabalhos de caráter histórico sobre determinados centros urbanos, como os de Taunay sobre São Paulo, Thales de Azevedo sobre Salvador, Pizarro e Vieira Fazenda sobre o Rio de Janeiro etc. Mais escassas são as informações de viajantes estrangeiros, proibidos de entrar no Brasil, já em meados do século XVII. Encontramos ainda alguns trabalhos focalizando, do ponto de vista urbanístico, centros urbanos ou

¹⁰ REIS FILHO, Nestor Goulart e Paulo J. V. Bruno, coordenadores - *Catálogo de Iconografia das Vilas e Cidades do Brasil Colonial (1500-1720)*. Publicação do Museu da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

¹¹ Após a primeira edição, tornamos conhecido da publicação de atas das câmaras de outros municípios coloniais como a de Mogi das Cruzes - SP - GRINBERG, Isaac - *Mogi das Cruzes de 1601 a 1640*. São Paulo, I. Cordeiro, 1983.

suas partes, como os de Vasconcellos¹², Smith¹³, Balthar¹⁴, ou Boltshauser¹⁵, que constituem quase a totalidade dos estudos sobre a matéria¹⁶, aos quais não será demais acrescentar o material relativo à urbanização portuguesa em outras regiões, como os de Silveira¹⁷ e Mário Chicó¹⁸.

Contribuição variada e de interesse foi obtida em estudos de temas afins, como os de Buarque de Holanda¹⁹ e Azevedo²⁰, focalizando sob tais prismas o planejamento urbano. Outros, como quase toda a bibliografia de geografia urbana do Brasil, contendo material que, ainda que não seja de utilização imediata, não pode ser ignorado. Finalmente, a maioria, reunindo material que apenas de um modo remoto ou limitado poderia ser empregado.

Procuramos usar esquemas teóricos que, pela sua amplitude, pudessem explicar os fatos urbanos em toda a sua variedade. Manipulando material pouco analisado e constituído em condições peculiares, a utilização de uma conceituação estreita poderia excluir aspectos de importância ou distorcer os resultados, pelo seu enquadramento em esquemas elaborados com vistas a uma realidade diversa.

Depois de examinar as perspectivas existentes, selecionamos a que, na época, nos pareceu a mais de acordo com tais objetivos, esclarecendo-se as condições de sua aplicação. Devemos portanto fixar, a seguir, algumas posições metodológicas, de pouco interesse para o leitor comum, que poderá, sem prejuízo maior, deixar de lado a leitura desta parte.

Os fatos urbanos têm sido encarados sob diferentes prismas científicos: geográfico, sociológico, econômico, urbanístico, etc. A diversidade no tratamento da matéria não elimina porém a necessidade de uma conceituação básica da natureza (do caráter) do fato urbano, isto é, um esquema teórico que possa esclarecer quando e por que uma aglomeração humana adquire a condição de centro urbano. Inúmeros têm sido

os estudos em que o assunto é focalizado e várias são as orientações seguidas, frequentemente condicionando o tipo de tratamento a que o material é submetido. Assim, os serviços de estatística fixam, em cada país, um número mínimo de habitantes para a existência de uma cidade, adotando portanto um critério demográfico e quantitativo. Os critérios variam de um país para outro, criando dificuldades aos pesquisadores. Por outro lado, índices elevados de indivíduos aglomerados coincidem nem sempre com a existência de qualquer outro traço relevante de vida urbana. Outras interpretações procuram destacar a importância - ou precedência - de determinados fatores, como o geográfico²¹, o econômico ou o político-administrativo. Um resumo satisfatório das várias correntes encontra-se em George Chabot. Este não chega a se satisfazer inteiramente com nenhuma das soluções propostas. Para ele, essas definições mais restritivas têm um defeito: "chacune met l'accent sur un aspect de la réalité et que notre conception de la ville doit s'accorder avec les uns et les autres"²². Ainda assim, esse autor não chega a propor uma forma de inter-relacionamento dos fatores, o que nos parece indispensável²³.

A teoria de Weber sobre a origem da cidade procura demonstrar a origem social do fato urbano, como um todo organizado, em termos de comunidade, incluindo necessariamente aspectos econômicos, sociais, político-administrativos, militares, demográficos, psicológicos etc, em configurações peculiares. Baseando-se largamente na Cidade-Estado, ele procura estabelecer condições básicas para a existência do centro urbano: densidade demográfica específica; profissões urbanas como comércio e manufaturas, com suficiente diversificação; uma economia urbana permanente, com relações especiais com o meio rural; uma força militar (eventualmente a fortaleza); uma relativa independência político-administrativa e, finalmente, a existência de uma camada urbana com produção, consumo e direitos próprios, ou seja, o estamento burguês, capaz de usar da independência para determinar a vida econômica

¹² VASCONCELLOS, Sylbio de - *Vila Rica: formação e desenvolvimento - Residências*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1956.

¹³ SMITH, Robert C. - *Arquitetura Colonial*. Salvador, Livraria Progresso, 1955.

¹⁴ BALTHAR, Antônio Bezerra - *Diretrizes de um Plano Regional para o Recife*. Recife, 1951.

¹⁵ BOLTSHAUSER, João - *Evolução Urbana nas Américas*. Edição Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, 1961.

¹⁶ Temos hoje um conjunto apreciável de trabalhos publicados nas últimas décadas sobre vilas e cidades coloniais. Cf. CASTRO, J. L., 1994; MENEZES, J. L. M., 1985 e 1988; MELLO Jr., J. A. Gonçalves de, 1976.

¹⁷ SILVA TEIRA, Luiz - *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*. Lisboa, Ministério do Ultramar, 1955, 4 volumes.

¹⁸ CHICÓ, Mário T. - *Opus cit.*

¹⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de - *Raízes do Brasil*. 3ª edição, revista pelo autor. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.

²⁰ AZEVEDO, Aroldo de - *Vilas e Cidades do Brasil Colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva*. São Paulo, Boletim n° 208, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1956.

²¹ TAYLOR, Griffith - *Urban Geography: Tradução espanhola de Ismael Antich*. Edições Omega, Barcelona, 1954.

²² CHABOT, George - *Les Villes*. 3ª edição. Paris, Armand Colin, 1958.

²³ Hoje a literatura especializada é muito ampla. No Brasil, ver em especial os trabalhos de Roberto Scherer e os de Milton Santos (Nota da edição de 2000).

ca e os destinos do conjunto. Todos esses elementos estão presentes na cidade-estado do ocidente renascentista europeu, que aquele autor toma como seu tipo mais perfeito²⁴.

Entre as diversas interpretações, na época tomamos essa como ponto de partida porque nos pareceu a mais eficaz pela sua amplitude. Procuramos conservar o máximo de coerência com relação ao seu esquema explicativo, introduzindo-lhe, contudo, algumas alterações, que nos pareceram indispensáveis, dada a categoria de problemas que deveríamos enfrentar²⁵, inclusive porque Weber baseava-se no estudo de cidade-estado e nós devíamos estudar as relações entre o sistema urbano complexo, de um estado colonial e seu estado metropolitano. Assim:

1 - Em primeiro lugar, deixamos de lado o conceito de cidade e passamos a utilizar o de urbanização, como um processo social. O desenvolvimento desta provoca o aparecimento e a transformação de núcleos, como consequência das interações humanas em que implica. Ocorre um processo de urbanização quando em uma sociedade existe uma divisão social do trabalho, em caráter permanente, de sorte que uma parcela ponderável da população não se dedica à produção de alimentos e depende, para sua subsistência, dos produtos do trabalho da outra parcela, aos quais tem acesso por meio de troca ou por apropriação direta. A urbanização se dá com o aparecimento de uma "economia urbana" como a define Weber; portanto, com o estabelecimento do mercado urbano. Cada sistema econômico, pelo volume e natureza de trocas urbanorurais que estabelece, corresponde a um determinado índice de urbanização. O índice ou grau de urbanização pode ser entendido economicamente como a relação entre a produção agrícola transferida para o meio urbano e a total; em termos demográficos, como a relação entre a população urbana e a total. Contribuindo para a concentração de indivíduos, as atividades religiosas, educacionais, militares, etc., favorecem o aparecimento de um mercado urbano e a instauração, portanto, de um processo de ur-

banização, ou a inclusão da área num processo já existente.

A interpretação da urbanização como um processo social permite a superação de algumas dificuldades de ordem metodológica:

a) Weber, em seu trabalho, ao caracterizar a cidade como forma de comunidade, limita sua análise a condições que valem, em princípio, apenas para a cidade-estado. O mercado, a autocefalia política e a organização militar, ao passarem do nível local para o nacional, adquirem configurações mais complexas, que não são focalizadas, no caso, por aquele autor. A análise da urbanização como um processo pressupõe a existência de todos os elementos indicados por Weber, não apenas em escala local, mas em qualquer nível organizatório, o que permite superar aquela limitação, característica de seu esquema.

b) O processo de urbanização, em escala nacional, corresponde não ao centro urbano, mas ao plano mais complexo de organização, que é a rede ou sistema urbano. Desse modo, são enfrentadas todas as formas de aglomeração urbana em um país, como um conjunto, no nível do processo. Normalmente a urbanização, como na Mesopotâmia e no vale do Indus, adquire rapidamente um sentido regional e nacional. No mundo moderno, no qual se inserem o descobrimento e a colonização do Brasil, as relações da economia urbana e o processo de urbanização ultrapassaram as fronteiras das nações para assumir um caráter intercontinental.

c) O processo de urbanização atingindo um sistema urbano, e não apenas um núcleo, permite explicar como se encontram muitas vezes centros numericamente reduzidos, com todas as características secundárias de centros urbanos²⁶ ou centros manufatureiros em localidades rurais, fatos que, tomados isoladamente, carecem de sentido.

d) A análise da urbanização, como um processo, favorece a adoção de uma pers-

²⁴ MARITINDALE, Don - *Introdução a "The City" de Max Weber*, tradução americana do estudo de Max Weber sobre a cidade, realizada pelo mesmo Maritindale. Ver também WEBER, Max - *A cidade: Capitulo de "Virtudes e virtudes" e "Cidades e Cidades"*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1977. Este estudo tem sido publicado em diversas formas. A tradução em português, do Fundo de Cultura Econômica e Social, como um capítulo de "Economia e Sociedade", a tradução em inglês, de Don Maritindale, aparece a ser separada.

²⁵ O trabalho de Weber foi tomado por nós, na época, como uma "célula" teórica, em um sentido pouco convencional, interpretado porque muitos conceitos não são defendidos em nenhuma parte. De fato, essas linhas de raciocínio parecem ser a uma escala mais dinâmica, que as condições da época não permitiam discutir com mais liberdade. Assim, o trabalho de Weber baseia-se na concepção de tipologia e o mesmo no conceito de processo social.

²⁶ Harris encontrou tais condições na Rússia, em Minas do Rio das Contas. (HARRIS, Marvin - *Town and Country in Brazil*. Nova York, Columbia University Press, 1956).

pectiva dinâmica, focalizando-se, além das características estruturais, os mecanismos de mudança, o que é importante, pois significa a captação dos mecanismos da evolução urbana.

2 - Como decorrência da mudança de tratamento implícita nas observações do item "1" acima, a urbanização no sentido físico (e mesmo social) pode ser reconhecida como sendo objeto de dois diferentes níveis organizatórios: a rede ou sistema urbano e o núcleo. Eventualmente poder-se-ia pensar em um terceiro nível, correspondente a certos aspectos específicos de organização social e espacial das formações urbanas, o que exigiria porém uma ampliação de campo de estudo, que não entrava nos objetivos deste trabalho.

Um outro esclarecimento nos parece relevante. O estudo das funções urbanas tem sido considerado como passo indispensável no conhecimento dos centros urbanos e do processo de urbanização em uma região. Seu emprego freqüente nas obras que abordam esses problemas, sobretudo sob o ponto de vista geográfico, é uma evidência de que, para os pesquisadores, as funções têm estado na primeira linha de preocupações. A geografia urbana tende mesmo a explicar a origem da cidade - o que significa explicar a cidade - por suas funções. A dificuldade maior surge, porém, quando se procura fixar esse conceito. Chabot usa de uma comparação: "Cette profession propre à la ville, c'est ce qu'on appelle la fonction urbaine". O mesmo autor determina a origem dessa expressão, no sentido histórico e no sentido semântico: "Emprunté au langage physiologique, il compare la ville à un organe, jouant son rôle dans la vie d'un ensemble". A noção de conjunto, ou seja, do órgão capaz de explicar a significação das próprias funções não é, porém, tratada.

Os inconvenientes da aplicação do conceito de função, com conotações biológicas, às interações humanas, já foi objeto de um exame minucioso por parte de Florestan Fernandes. Quer nos parecer que a fun-

ção urbana tal como tem sido tomada, assume claramente o significado de função social, como é indicada por aquele autor: "é a conexão que se estabelece quando unidades do sistema social concorrem, com sua atividade, para manter ou alterar as adaptações, os ajustamentos e os controles sociais de que dependam a integração e a continuidade do sistema social, em seus componentes nucleares ou como um todo. Por unidade do sistema social deve-se entender todo e qualquer elemento (ação, relação, posição, personalidade, grupo, instituição, camada, etc.), que possa fazer parte de conjuntos interdependentes de fenômenos sociais e desempenhar dentro deles, independentemente de sua própria constituição ou complexidade, uma influência característica".³³

Essa perspectiva oferece algumas vantagens de ordem metodológica, cuja significação cabe ressaltar.

1 - Pode-se entender as formações urbanas como componentes nucleares do sistema social global, com o qual estão relacionadas por meio de conexões típicas, que são as funções urbanas.³⁴

2 - Fica explicitado que o processo de urbanização é relativo ao sistema social global, no qual os centros urbanos são apenas componentes nucleares.

3 - Fica evidenciado que o conhecimento das funções urbanas implica no conhecimento do contexto em que se inserem, ou seja, do sistema social do qual fazem parte as unidades às quais se relacionam as funções.

4 - Como decorrência de 1, 2 e 3, o estudo das funções dos centros, tal como é realizado, pode ser substituído, com proveito, pelo estudo do sistema social em que se desenvolve o processo de urbanização, incluindo as conclusões a que aquele estudo poderia conduzir e muitas outras, sem considerar as distorções, que são evitadas.³⁵

Deixamos portanto de examinar funções em capítulo à parte, em que sejam de-

³³ "Ce sont ces fonctions urbaines que nous devons étudier d'abord, car elles dominent la vie de chaque ville" (CHABOT, George - *Opus cit.*, pág. 20).

³⁴ "Une agglomération n'est une ville que dans la mesure où elle s'acquiesce d'une ou plusieurs fonctions urbaines: c'est la fonction urbaine qui lui impose son genre de vie et constitue sa raison d'être". (CHABOT, George et BEAUJEU GARNIER, Jacqueline - *Traité de Géographie urbaine*. Paris, Librairie Armand Colin, 1964, pág. 104.

³⁵ CHABOT, George - *Opus cit.* pág. 19. Lavedan aborda o problema de modo mais esquemático: as causas das aglomerações são necessidades elementares (LAVEDAN, Pierre, *Géographie des Villes*. Paris, Gallimard, 1959).

³⁶ CHABOT, George - *Opus cit.*, pág. 16/20.

³⁷ *Idem*, pág. 20.

³⁸ FERNANDES, Florestan - *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959.

³⁹ *Idem*, pág. 268.

⁴⁰ "Em trabalhos posteriores deixamos de utilizar o conceito de função, pouco compatível com o uso do conceito de processo, inclusive no que se refere às chamadas funções da Arquitetura. Esse conceito, muito vago, confunde mais do que esclarece. Pode conduzir a reducionismos (nota da edição de 2000).

⁴¹ "Vemos aí que já naquele momento procurávamos deixar de lado o conceito de função, quando possível (nota da edição de 2000).

finidas a priori e tendo em vista fins também fixados a priori, para incluí-las no estudo do sistema social e seus componentes nucleares, de onde aquelas emergem.

5 - É possível, também, além disso, interpretar as chamadas "funções" que os indivíduos exercem nos centros urbanos - habitar, trabalhar, circular e recrear (que têm um sentido bastante diverso das "funções urbanas" da geografia e outros setores), que são consideradas chaves na interpretação do urbanismo moderno, ainda como funções sociais, conseguindo-se, portanto, uniformidade de linguagem e de sentido.

A adoção dessas preliminares permitiu:

1 - Encarar o processo de urbanização no Brasil a partir de sua origem, ou seja, do processo de urbanização da Europa medieval-renascentista e as ligações entre ambos como constituídas pela política de colonização e, como parte desta, pela política de urbanização de Portugal no Brasil.

2 - Focalizar as mudanças no processo de urbanização do Brasil, não apenas em seus aspectos quantitativos mas também qualitativos, captando, desse modo, a natureza das transformações sofridas.

A escolha do tema teve em vista contribuir para o conhecimento de uma área pouco tratada, no campo de que nos ocupamos, área essa cujo sentido prático nos dias atuais é indiscutível. Na convicção de que o conhecimento das raízes e dos mecanismos da evolução urbana do Brasil poderia ser de utilidade para o desenvolvimento dos estudos de Arquitetura no Brasil e do planejamento urbano contemporâneo, procedemos à seleção de uma época suficientemente afastada para permitir a manipulação de um menor número de variáveis e em consequência, uma comprovação mais segura para o arcabouço conceitual de que fomos nos valer. Fixamos um período suficientemente longo para que pudesse conter mudanças relevantes de caráter qualitativo mas suficientemente reduzido para evi-

tar os excessos de dispersão, aos quais se tende, quando se opta por um tema como este. Alguns problemas se apresentam porém na fixação das datas-limite: 1500 e 1720. Estudando a urbanização como um processo e ressaltando as relações entre a colonização do Brasil e o processo de urbanização europeu, vimos vantagem em discutir suas características a partir dos primeiros contatos. A data-limite superior foi fixada por representar o fim de uma década na qual ocorreu a Guerra dos Mascates, o primeiro conflito social no Brasil, no qual uma camada social urbana tomou parte ativa e por ser a época na qual se completou a implantação de uma política de centralização da colônia, havendo a esse respeito um razoável acordo entre autores. Seria talvez de maior simplicidade uma divisão por séculos, e, portanto, a interrupção do estudo em 1700. Todavia, as características de certos fenômenos de maior importância, que já vinham se configurando a partir de 1650 - como o surgimento de uma camada social tipicamente urbana - só iriam se definir com maior clareza nas primeiras décadas do século XVIII. Tratando-se, no caso, dos séculos em que se origina a urbanização no Brasil, nos quais as evidências, tênues ainda, são de mais difícil captação, preferimos optar por maior clareza explicativa, sacrificando um aspecto formal. A outra alternativa, a de estender o trabalho, incluindo totalmente o século XVIII, escapava aos objetivos que tínhamos em vista.

É necessária ainda uma pequena advertência. Ao introduzirmos uma ilustração mais variada, julgamos conveniente não cansar o leitor com esclarecimentos maiores sobre a iconografia, apesar da importância da matéria, mas remeter os interessados ao nosso Catálogo, reduzindo os comentários ao estritamente indispensável.

Terminamos este estudo convencidos do interesse do assunto que abordamos. Se melhores resultados não obtivemos, devemos às nossas limitações, para as quais contamos com a benevolência do leitor.

⁴² Cf. PRADO Jr., Cássio - *A Colônia (segunda parte)*. In: *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 3ª edição. São Paulo, 1981. Ver também: FAORO, Raymundo - *Opus cit.*, capítulos V e VI.

⁴³ REIS FILHO, Nestor Goulart e BRUNO, Paulo J. V., colaboradores - *Opus cit.*